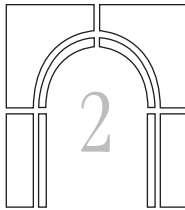

Cómo citar este artículo: Lopes da Cunha, G. y Appel, T. N. (2014). Geopolítica e trajetórias de desenvolvimento comparados: América do Sul e Leste da Ásia. *Rev. Cient. Gen. José María Córdova* 12(13), 89-105



Geopolítica e trajetórias de desenvolvimento comparados: América do Sul e Leste da Ásia*

Recibido: 20 de enero de 2014 • Aceptado: 30 de marzo de 2014.

**Geopolítica y desarrollo en trayectorias comparadas:
América del Sur y Asia oriental**

**Geopolitics and development in compared trajectories:
South America and East Asia**

**Géopolitique et développement en trajectoires comparées:
Amérique du Sud et Asie de l'Est**

Guilherme Lopes da Cunha^a

Tiago Nasser Appel^b

* Trabalho preparado para apresentação no Terceiro Congresso de la Red Colombiana de Relaciones Internacionales (RedIntercol). Medellín, 27 e 28 de fevereiro de 2014.

^a Estudiante de doctorado en Economía Política Internacional (PEPI-IE/UFRJ). Comentarios a: guilhermelopes11@hotmail.com

^b Estudiante de doctorado en Economía Política Internacional (PEPI-IE/UFRJ). Comentarios a: guilhermelopes11@hotmail.com

Resumo. O panorama político e econômico do Leste da Ásia e da América do Sul é marcado por diferenças e semelhanças. Nesse contexto, convém comparar estratégias de desenvolvimento econômico junto a aspectos geopolíticos nessas regiões. Como hipótese, acredita-se que o conceito de desenvolvimento possa estar relacionado a um eixo geopolítico, que possibilita comparar estratégias políticas estatais. Teoricamente, por meio de fontes que analisam progresso sociopolítico e econômico, torna-se viável examinar experiências de trajetórias diferentes entre estas regiões, principalmente no período após 1945. Um ambiente de competição e de expansão do poder ocorre globalmente, contudo diferentes regiões ganham prioridade. Nesse contexto, quando se comparam projetos políticos dos países da América do Sul e do Leste Asiático a indagação é: como os países aproveitaram suas oportunidades e seguiram caminhos diferentes? Com base em fontes qualitativas, um dos objetivos desta proposta é investigar as estratégias de desenvolvimento de China, Coreia do Sul e Japão e compará-las à evolução desenvolvimentista de países sul-americanos, considerados coletivamente. A análise acurada de alguns autores demonstra que o rumo político no Leste da Ásia assegurou condições para inserção no sistema internacional, o que não se reproduziu no espaço sul-americano. Tendo por base essas investigações, há experiências naqueles países asiáticos que contribuem para uma releitura sobre a importância de estratégias geopolíticas na América do Sul.

Palavras-chave: Geopolítica, China, Japão, Coreia do Sul, América do Sul, desenvolvimento.

Resumen. El panorama político y económico de Asia Oriental y América del Sur está marcada por diferencias y similitudes. En este contexto, es útil comparar las estrategias de desarrollo económico junto con los aspectos geopolíticos de estas de Estado. Como hipótesis, se considera que el concepto de desarrollo puede estar relacionado con un eje geopolítico, que permite comparar estrategias de políticas estatales. Las trayectorias de estas regiones se comparan a través de fuentes teóricas que analizan el progreso socioeconómico y político, en especial del periodo posterior a 1945. Un ambiente de competencia y de expansión del poder ocurre a nivel mundial sin embargo, diferentes regiones adquieren prioridad. En este contexto, cuando se comparan los proyectos políticos de los países de América del Sur y de Asia Oriental, la pregunta es: ¿Cómo los países aprovecharon sus oportunidades y siguieron caminos diferentes? Con base de fuentes cualitativas, uno de los objetivos de esta propuesta es investigar las estrategias de desarrollo de China, Corea del Sur y Japón, y compararlos con la evolución del desarrollo de los países de América del Sur, considerados colectivamente. El análisis riguroso de algunos autores demuestra que el rumbo político de Asia Oriental aseguró condiciones que le permiten insertarse en el sistema internacional, lo que no se reprodujo en la región de América del Sur. Sobre la base de estas investigaciones, existen experiencias en los países asiáticos que contribuyen a una nueva evaluación de la importancia de las estrategias geopolíticas de América del Sur

Palabras clave: Geopolítica, China, Japón, Corea del Sur, América del Sur, desarrollo.

Abstract. The political and economic landscape of East Asia and South America is marked by differences and similarities. In this context, it is useful to compare the economic development strategies along with the geopolitical aspects of these regions. As a hypothesis, it is considered that the concept of development may be related to a geopolitical axis for comparing strategies of State policies. The trajectories of these regions are compared through theoretical sources that analyze the socio-economic and political progress, especially in the post-1945 period. An atmosphere of competition and expansion of power occurs worldwide, but different regions take precedence. In this context, when the political projects of the countries of South America and East Asia are compared, the question is: How can countries took their chances and went their separate ways? Based on qualitative sources, one of the objectives of this proposal is to investigate the development strategies of China, South Korea and Japan, and compared with the evolution of the development of the countries of South America, considered collectively. Accurate analysis of some authors demonstrated that the political direction of East Asia said conditions allowing it to be inserted in the international sys-

tem, which was not reproduced in the region of South America. On the basis of these investigations, there are experiences in Asian countries that contribute to a reassessment of the importance of the geopolitical strategies of South America

Keywords.: Geopolitics, China, Japan, South Korea, South America, development.

Résumé. Le paysage politique et économique de l'Asie de l'Est et l'Amérique du Sud est marquée par des différences et des similitudes. Dans ce contexte, il est utile de comparer les stratégies de développement économique ainsi que les aspects géopolitiques de ces régions. Comme une hypothèse, on considère que le concept de développement peut être lié à un axe géopolitique pour comparer les stratégies des politiques de l'Etat. Les trajectoires de ces régions sont comparées par des sources théoriques qui analysent le progrès socio-économique et politique, en particulier dans la période post-1945. Une atmosphère de concurrence et l'expansion de la puissance se produit dans le monde entier, mais les différentes régions préséance. Dans ce contexte, lorsque les projets politiques des pays d'Amérique du Sud et Asie de l'Est sont comparés, la question est: Comment les pays peuvent pris leurs chances et se sont séparés? Basé sur des sources qualitatives, l'un des objectifs de cette proposition est d'enquêter sur les stratégies de développement de la Chine, la Corée du Sud et au Japon, et par rapport à l'évolution du développement des pays d'Amérique du Sud, pris collectivement. L'analyse précise de certains auteurs ont démontré que la direction politique de l'Asie de l'Est a déclaré conditions lui permettant d'être insérée dans le système international, qui n'a pas été reproduite dans la région de l'Amérique du Sud. Sur la base de ces enquêtes, il ya des expériences dans les pays asiatiques qui contribuent à une réévaluation de l'importance des stratégies géopolitiques de l'Amérique du Sud.

Mots-clés: Géopolitique, Chine, Japon, Corée du Sud, Amérique du Sud, le développement.

Introdução: Geopolítica e desenvolvimento

As estratégias de desenvolvimento dos Estados corriqueiramente são tratadas como algo inerente à maior ou menor habilidade em promover políticas adequadas. No entanto, isso parece não proceder, sobretudo quando se considera mais razoável refletir a hipótese de que o eixo da noção de desenvolvimento está relacionado a um contexto geopolítico. Nesse nexos lógico, a ideia de que a implementação de projetos desenvolvimentistas mantém íntima relação com necessidades geopolíticas passa a fazer mais sentido. A tensão política e a rivalidade entre Estados são cruciais para incentivar a operabilidade de projetos que promovam “desenvolvimento”. Nesse contexto, o conceito de desenvolvimento estaria relacionado à necessidade de criar instrumentos competitivos, tanto para fins militares como para fins econômicos. Assim, ao promoverem desenvolvimento, os Estados teriam maior preparo face às adversidades políticas de natureza militar e econômica a que estão submetidos. Percebe-se, então, que o desenvolvimento não conforma fim em si mesmo, senão meio econômico de se manter firme na disputa interestatal por poder, que simultaneamente anima e delimita as possibilidades de desenvolvimento.

Desse modo, a fraca incidência de rivalidade ou a competição pouco acirrada atenuam a incidência de estímulos à efetivação de projetos desenvolvimentistas. Nesse silogismo, quanto maior a competição entre os Estados, maior o binômio probabilidade - necessidade de implementação de projetos de desenvolvimento, porque a geração de riqueza está intimamente relacionada ao contexto geopolítico. Inversamente, espaços políticos dotados de menor tensão política resul-

tam em menor incentivo a desenvolvimento¹. Isso poderá ser testado na análise comparativa entre alguns países do Leste asiático e da América do Sul.

Entre outros aspectos relevantes nesse contexto, vale mencionar que a geração de desenvolvimento pode causar espécie de dissuasão. Quando ocorre a ampliação de recursos disponíveis e a melhoria na capacidade administrativa de um Estado, isso pode constituir elemento importante para dissuadir a atividade hostil de outros Estados².

Uma análise liberal deve ser ponderada. Há quem argumente que a crescente interdependência econômica que a evolução dos mercados gera arrefece o pendor militarista dos Estados Nacionais, uma vez que a redução dos fluxos de comércio e de investimento que a guerra engendraria constituiria um custo econômico muito grande para os atores envolvidos³. Contudo, quando se coadunam os conceitos de desenvolvimento e de geopolítica, a relação causa e efeito mostra natureza diferente daquela que relaciona comércio e paz. Mearsheimer (2006), em particular, assevera que nenhum grau de interdependência econômica poderia ter evitado a Primeira Guerra Mundial, porquanto ela teria sido fruto da tentativa explícita da Alemanha em estabelecer hegemonia na sua “região direta de atuação”, que inconvenientemente incluía parte do espaço imperial inglês e francês. Neste sentido, desenvolvimento afigura-se como uma brutal imposição do sistema internacional: as nações se veem compelidas a “sair na frente”, a “dar passagem”, e a capacitar-se militar e economicamente de forma a (i) conservar sua hegemonia, (ii) dissuadir seus competidores ou (iii) mudar sua posição na hierarquia do sistema mundial, objetivo que em última instância está atrelado à mais básica das necessidades: segurança nacional.

Se segurança nacional é o objetivo último dos Estados, desenvolver-se econômica e politicamente pode ter um sentido de persuasão sobre outros Estados. Se produzir riqueza significa promover defesa ou ataque eficaz, então o desenvolvimento é a chave para esses mecanismos. Ademais, por uma outra faceta do prisma, o fortalecimento exacerbado de um Estado em detrimento de outros pode constituir um elemento de dissuasão, pois um Estado com poucos meios econômicos e militares de sustentar conflito dificilmente envidaria esforços nesse sentido. Assim, dependendo dos recursos de poder dos Estados em questão, poder-se-ia interpretar que a influência que seu desenvolvimento tem sobre outros Estados mais fracos poderia constituir espécie de

¹ Vale lembrar que existe vasta literatura que procura explicar as origens do capitalismo e da Revolução Industrial como resultado indireto da competição geopolítica entre os nascentes Estados Europeus. Ver, por exemplo, Jones (1981) e Hall (1985). Os autores que subscrevem essa teoria costumam comparar o beligerante cenário Europeu do final da Idade Média e início da Época Moderna, onde tentativas de construção de poder imperial haviam dado lugar à extensa fragmentação de poder e competição entre pequenas unidades políticas, com estruturas Imperiais monolíticas como supostamente representadas pela China e pelo Império Mogol, na Índia. O cenário fragmentado teria ensejado alianças virtuosas entre príncipes, sedentos de recursos, e burgueses aventureiros, enquanto nas estruturas imperiais a virtual ausência de competidores políticos à altura não teria tornada tal aliança necessária, i.e., os estados imperiais, não tendo o mesmo nível de dificuldades fiscais encontradas na Europa, não precisaram conceder poder político à classe burguesa em troca de apoio financeiro.

² Em Petty (1690), pode-se encontrar esse tipo de análise, sobretudo quando associa a ideia de geração de excedente à capacidade de potencializar as funções do governante, sendo uma das principais atribuições deste a defesa do território.

³ Exponente seminal desta tese é Norman Angell (1910). Em seu livro, *A grande ilusão*, Angell argumentava que, num mundo constituído de modernas economias industriais, financeiras e comercialmente interdependentes, a guerra simplesmente não compensava porque não mais fazia sentido do ponto de vista econômico. Importante dizer que a eclosão da Primeira Guerra Mundial, quatro anos após o lançamento do livro, não refuta a argumentação de Angell acerca da irracionalidade da guerra. Com efeito, não se trata de julgar se a guerra é racional ou não, mas entender os processos – essencialmente racionais por parte de Estados que julgam estar potencializando os próprios interesses – que levam à guerra.

cooptação, haja vista que o mais fraco pode encontrar vantagem em submeter-se aos interesses do mais forte: a discordância geraria percepção de menos oportunidades.

Neste sentido, a acomodação do Japão e da Coreia do Sul aos Estados Unidos – sem titular, Fiori (2012) declara que, derrotados na guerra, os dois países asiáticos transformaram-se em verdadeiros protetorados militares dos EUA – não pode ser interpretada apenas como uma estratégia norte-americana de fortalecimento dos bastiões do capitalismo no Leste Asiático, em plena Guerra Fria. Numa conjuntura de total prostração militar, fazia sentido ao Japão e à Coreia buscarem proteção sob o guarda-chuva militar americano e apostar em rápida industrialização. Dentro das restrições geopolíticas que enfrentavam, parecia melhor coadunar os interesses nacionais do que desafiar a hegemonia americana na região através de um projeto nacional-militar autônomo.

Percebe-se facilmente como a concepção de desenvolvimento associado à geopolítica difere da lógica da economia neo-clássica. Enquanto a primeira interpreta o desenvolvimento como o aumento das capacidades materiais para a consecução de políticas nacionais – a fim de produzir maior autonomia financeira, tecnológica, etc. – os teóricos de persuasão neo-clássica difundem a noção de que desenvolvimento é, sumariamente, redução de pobreza. Em crítica a essa abordagem, Chang (2009) advoga a existência de um novo desenvolvimentismo, o qual se basearia na superação da análise que considera desenvolvimento como combate à pobreza⁴. O autor acredita que mecanismos de proteção de setores estratégicos são cruciais para a promoção de desenvolvimento: a proteção às indústrias estratégicas, a concessão de subsídios e a difusão de educação seriam os principais meios de promoção de desenvolvimento.

As análises de Chang (2009) contribuem para fundamentar o conteúdo geopolítico do desenvolvimento, mas essas ideias não são novas. Friedrich List (1827), já na primeira metade do século XIX, defende a importância estratégica da proteção tarifária às indústrias. Além disso, ele supera o economicismo da economia política inglesa, diferenciando o interesse do indivíduo do interesse da nação. O que poderia constituir ganhos fáceis no curto-prazo para determinado setor – i.e., os lucros que os setores mais competitivos da nação colheriam com a liberalização comercial – nem sempre se coadunava com os melhores interesses da nação. No mesmo sentido, Alexander Hamilton (1791), um dos *founding fathers* dos EUA, acreditava que o seu país só tinha a perder com a condição de potência “agrária”: se não desenvolvesse suas manufaturas, o país estaria em grande desvantagem no comércio internacional.

Tendo essas reflexões teóricas em conta, sugere-se que China, Japão e Coreia do Sul constituem objeto de estudo que associa desenvolvimento à geopolítica. Em outras palavras, o decurso do contexto histórico desses Estados pode servir de exemplo de que a capacidade de desenvolvimento se relaciona a fatores estratégicos. Seja por meio da defesa do território que possuem ou

⁴ Chang critica o contexto das Metas do Milênio e da Agenda Desenvolvimentista de Doha, pois traduzem percepção equivocada no trato do desenvolvimento, que não pode ser compreendido apenas como superação de pobreza. As Metas do Milênio geram o *development without development*, pois, ainda que sejam importantes, são ineficazes para a produção de desenvolvimento: não tratam da matriz de produção interna e de estratégia administrativa doméstica. No seio da OMC, a Agenda Desenvolvimentista de Doha chega a ser antidesenvolvimentista, pois a liberalização que se busca não incentiva a melhoria da estrutura produtiva dos países. Chama-se a atenção para o caso da Holanda, país desenvolvido que já foi adepto do protecionismo e é hoje um dos mais poderosos produtores agrícolas; e além disso, há o caso das Filipinas, que, embora guardem papel importante aos eletrônicos em sua lógica produtiva, não são país desenvolvido, uma vez que dependem de tecnologia alheia. Nesse sentido, a suposta evasão das multinacionais seria capaz de fazer o país voltar a ser primário-exportador, pois não tem eixo autônomo de produção de bens de alto valor agregado.

por meio da implementação de projetos úteis à expansão, a política internacional desses Estados mostra como a geopolítica foi importante para a construção de desenvolvimento.

Estratégias de China, Japão e Coreia do Sul

A disputa por poder na Ásia guarda registros milenares. A expansão e a consolidação de espaços de poder sempre estiveram presentes naquela região, sobretudo entre o Império do Meio e a Terra do Sol Nascente. Os dois principais países da região foram os que primeiro sofreram intervenção europeia: China e Japão. Entre 1839 – início da primeira Guerra do Ópio – e 1949 – fim da Guerra Civil e estabelecimento da República Popular da China – o Império do Meio foi compelido a assinar tratados comerciais desvantajosos e frequentemente teve vários de seus portos e zonas fronteiriças ocupadas pelas potências ocidentais e, inclusive, pelo Japão⁵. Igualmente, na década de 1850 o Japão também foi forçado a abrir seus portos para as potências estrangeiras⁶.

Em passado pouco distante, a intervenção dos Estados europeus junto àqueles povos asiáticos acentuou o grau de competição entre estes. A dominação perpetrada pelas potências estrangeiras incentivaria a implementação de um *aggiornamento* nas políticas daquelas unidades de poder. Virou lugar comum afirmar que o Japão estava mais aberto à influência ocidental e às suas instituições, e por isso teve sucesso precoce em sua modernização – a partir das reformas políticas e econômicas da Era Meiji (1868-1912) – enquanto a China era supostamente um monólito imperial avesso à reforma⁷. Implicitamente, esta tese institucionalista assume que os povos asiáticos estavam parados no tempo, “congelados na soleira da civilização”⁸, e precisavam portanto ser chacoalhados pelas instituições “progressivas, modernizantes”, da Europa.

A proposta, aqui, é relativizar esta tese “liberal” alvitando que não foram as instituições “racionais” da Europa per se que revolucionaram o quadro político-econômico da Ásia, mas sim as disputas de poder intra-europeias que chegaram até o continente asiático e engolfaram os povos do Oriente na competição interestatal por poder. Se por um lado a China teve dificuldades de implementar a sua “correção de rumos” – a sua modernização –, isto apenas parcialmente pode ser creditado à inércia do seu sistema imperial, com uma tradição milenar e acostumado à posição de “centro do mundo”. Isto porque não podemos esquecer que a transformação precoce do Japão em uma potência expansionista de “estilo europeu” reiteradamente frustrou a modernização chinesa. Nesse contexto, basta lembrar que a primeira empreitada militar do “moderno” Japão de Meiji foi a destruição da marinha chinesa na Guerra de 1894-95, travada pelo controle da Península da Coreia.

⁵ Na história política chinesa, este período ficou conhecido como “os 100 anos de humilhação”.

⁶ Destacam-se tanto a convenção (tratado desigual) de Kanagawa, assinada em 1854, quanto o tratado anglo-japonês “da amizade e do comércio”, em 1858. O primeiro marca a histórica chegada do Comodoro Perry da Marinha dos EUA – que encafifou e assustou os japoneses, porque, por ser a vapor, o navio navegava contra o vento – desencadeou reestruturação que contribuiu para o fim do Xogunato Tokugawa, regime político japonês da época; já o segundo, sobressai porque garantiu a abertura dos portos de Hakodate, Kanagawa e Nagasaki aos comerciantes ingleses.

⁷ Esta tese é defendida por Acemoglu e Robinson (2012). Ver também Valentini (2012), que acredita que a recalcitrante China recusou-se a desvencilhar-se de seu isolacionismo, enquanto o Japão modernizou-se rapidamente através do comércio internacional, isto é, da abertura mais completa de seus portos e de sua elite à influência estrangeira.

⁸ Referência à descrição de Marx dos “modos asiáticos de produção”.

É a partir deste quadro de disputa territorial entre Japão e China que podemos entender o surgimento da Coreia do Sul como unidade política autônoma. Duas etapas são importantes para compreender a origem deste Estado Soberano: a transição de estado tributário chinês para a condição de colônia do Japão⁹ e a divisão da Península Coreana em dois Estados (Coreia do Sul e Coreia do Norte), divisão esta associada a interesses das superpotências da Guerra Fria.

O primeiro momento é marcado pelo decurso do processo político regional belicoso, em que surge uma Coreia pseudo-autônoma. Essa nova unidade política se sustenta sobre os interesses geopolíticos do Japão, e constitui nova força motriz que associa desenvolvimento a geopolítica. A independência da Coreia ocorreu, formalmente, por meio do tratado de paz que selou a derrota chinesa na Guerra Sino-Japonesa de 1895, e, em consequência da expansão de poder do Japão sobre aquele território, sobretudo financeiro e produtivo, a Coreia teve condições de promover desenvolvimento acelerado. A Coreia serviria, naquele contexto, à realização dos desígnios do Japão. Assim, por intermédio do Tratado de Shimonoseki surgiria uma Coreia submissa aos interesses japoneses. A atividade imperialista empreendida pelo Japão, que deixava de ser vítima para ser agressor, expandia interesses fora da ilha, adentrando na Península Coreana e tencionando ampliar influência sobre o território continental para funcionar como o grande gestor da Ásia.

A segunda etapa, importante para a compreensão da Coreia do Sul, encontra-se na evolução da Guerra Fria. A competição entre o bloco capitalista e o socialista contribuiu para a divisão da Coreia ao longo do Paralelo 38. Coreia do Norte estaria associada a interesses comunistas; Coreia do Sul, aos capitalistas. Nesse sentido, a Coreia do Sul é parte do que se compreende por “desenvolvimento a convite”¹⁰, em que o interesse geopolítico dos Estados Unidos proporcionou oportunidade de crescimento acelerado ao país do Sul. Segundo Medeiros e Serrano (1999), não é possível explicar a modernização sul-coreana sem levar em conta o acesso privilegiado ao mercado e capital norte-americanos que a posição estratégica (no contexto da Guerra Fria) da Coreia do Sul ensejava. Entre outros “privilégios”, os autores destacam: a abertura unilateral do mercado norte-americano; manutenção de taxas de câmbio favoráveis aos aliados na “luta contra o comunismo”; tolerância para com o protecionismo; missões de ajuda técnica e forte estímulo à expansão das multinacionais norte-americanas (Medeiros e Serrano, 1999, p. 133).

A administração sul-coreana foi capaz de promover aproveitamento das oportunidades ofertadas pelo contexto geopolítico. Um exemplo disso foi o desenvolvimento de conglomerados que recebiam amplo benefício das políticas implementadas: os Chaebols. Como os Konzern alemães e os keiretsu japoneses, os Chaebols sul-coreanos eram parte integral da estratégia desenvolvimen-

⁹ Logo após o colapso do Império Qing (1912), o Império Japonês interveio – ora de forma mais direta ou mais indireta – na resultante guerra civil chinesa. Nas décadas de 1910 e 1920, o Japão esporadicamente fornecia apoio militar àqueles “senhores da guerra” chineses que se encontravam em desvantagem, assim alimentando uma guerra civil que mantinha a China fraca e fragmentada. Mais tarde, o Japão se aproveitou da caótica situação chinesa (guerra civil de grande escala havia sido deflagrada em 1930 entre o partido comunista e o nacionalista) para invadir a Manchúria, em 1931. Em 1940, os japoneses já controlavam parte extensiva do Nordeste e Leste Chineses.

¹⁰ Esse é um conceito originalmente emprestado de Immanuel Wallerstein por Giovanni Arrighi (1994). Em seu livro, Arrighi utilizou o conceito para se referir ao convite ao desenvolvimento feito por grandes empresas a pequenos países. Aqui, vale o sentido dado ao conceito por Medeiros e Serrano (1999), que entendem o convite como uma subordinação da concorrência mercantil entre os Estados nacionais capitalistas à lógica maior da disputa por poder entre as principais potências. Em outras palavras, os autores entendem que a performance econômica dos Estados está fortemente condicionada pelos interesses estratégicos das potências hegemônicas.

tista dos Estados do bloco-capitalista. Formados por meio de empreendimentos que se concentravam na elite sul-coreana, esses enclaves capitalizavam os benefícios do contexto geopolítico uma vez que se beneficiavam da criação de um amplo mercado externo – liderado pelos EUA – para as exportações sul-coreanas e vasto acesso ao financiamento internacional. Assim, para citar Medeiros e Serrano uma vez mais (1999, p. 135), a partir dos anos 1960 a Coreia do Sul (aqui também poderíamos incluir Taiwan) segue, através de agressiva política industrial e comercial, o caminho originalmente percorrido pelo Japão, penetrando no mercado dos EUA com produtos industriais de baixo valor unitário (inicialmente, têxteis).

Diante do acima exposto, percebe-se que o Japão e a Coreia não só desenvolveram-se porque estiveram em tensão política entre si e com os demais países do Leste Asiático, mas também, sobretudo, desenvolveram-se porque estiveram sob a orbe de influência norte-americana, beneficiando-se do referido “desenvolvimento a convite”. O leitor cauto poderia questionar esta argumentação propondo que a era do desenvolvimento a convite – a era em que os EUA praticavam uma espécie de hegemonia benevolente, “sacrificando” seus interesses materiais mais imediatos em prol do crescimento do bloco capitalista como um todo – acabou na virada da década de 1980, a partir do que Maria da Conceição Tavares (1985) denominou de Diplomacia do Dólar Forte, parte fulcral de um movimento de retomada da hegemonia norte-americana, que havia sido momentaneamente abalada com as crises geopolíticas da década de 1970. Com a política de juros fortes, a partir de 1979, os americanos retomam a sua posição na riqueza mundial, reabsorvem os petrodólares e eurodólares que outrora financiavam as economias em desenvolvimento, lançam os títulos da dívida pública do tesouro norte-americano ao posto de principal recipiente isolado de investimentos de agentes públicos e privados, e provocam a crise da dívida externa da América Latina¹¹.

Como afirma Carlos Eduardo Martins (2011), a década de 1980 marca a transformação de Hegemonia em Império e finda a era dos desenvolvimentos a convite¹². Entretanto, desde o final da década de 1970 o Japão já era a segunda maior economia do mundo capitalista e já nessa década começa a patrocinar os próprios “desenvolvimentos a convite”. Em parte, a estratégia japonesa de internacionalização de seus grandes bancos e empresas e a construção de uma complexa rede de comércio e investimento no Leste e Sudeste Asiáticos foram uma resposta à desvalorização do dólar¹³, que tornou as exportações japonesas menos competitivas. Complementarmente, o Japão passa a se especializar na venda de produtos manufaturados de maior valor unitário, deslocando seus tradicionais investimentos industriais para outras regiões da Ásia (Torres Filho, 1997).

O Japão encabeça, assim, um modelo de desenvolvimento regional que ficou conhecido como “modelo dos gansos voadores”¹⁴. A lógica básica deste modelo é a “terceirização” de ativi-

¹¹ O desenvolvimento deste texto traz mais informações sobre esse tópico na última sessão deste artigo.

¹² Apesar de a Guerra Fria só terminar formalmente em 1991, na década de 1980 já estava patente como a Corrida Armamentista encabeçada por Ronald Reagan (a política chamada “Guerra nas Estrelas”) estava fazendo a União Soviética soçobrar sob o peso de gastos militares que não podia sustentar com a economia em crise.

¹³ Promovida em duas rodadas: durante os anos 1970 e, sobretudo, após o acordo de Plaza, em 1985.

¹⁴ Ver Gabriel Palma (2004) e Medeiros (1997) para entender o papel do Japão como novo articulador e promotor de desenvolvimento em sua área de influência, desde o final dos anos 1970.

dades intensivas em trabalho para países menos desenvolvidos à medida que o custo do trabalho nos países líderes se avulta. Com efeito, a força motriz do modelo é a reestruturação da indústria dos líderes, que passam a transferir tecnologia e unidades de produção a países que se encontram em posições mais baixas na hierarquia desta divisão regional do trabalho.

O mais alto posto desta hierarquia é ocupado, naturalmente, pelo Japão, a potência que no século XX mais teve sucesso em expandir seus interesses materiais e políticos. No modelo, a Coreia do Sul – e outros países já industrializados¹⁵ – ocupa o segundo escalão da hierarquia. Ela teria se beneficiado da grande expansão do crédito japonês na década de 1980 e logo teria alçado os seus conglomerados industriais (os Chaebols) à condição de exportadores de produtos de alta tecnologia, quando países do Sudeste Asiático passam a ocupar a posição de exportadores de manufaturados simples¹⁶.

Ainda segundo o modelo, na década de 1990 a China – junto com outros países de baixa renda per capita como Filipinas e Vietnã – ocupava o nível mais baixo do sistema. Ela teria sido o último dos “convidados” (Medeiros, 1999), ao abrir seu mercado gigantesco para os investimentos das multinacionais e ao rapidamente tornar-se a fábrica do mundo, tirando proveito de um câmbio permanentemente desvalorizado e de custos salariais muito reduzidos. Acredita-se, no entanto, que constitui vulgar economicismo tentar entender a China como apenas mais um stakeholder da ordem liberal internacional e de sua correspondente divisão do trabalho, principalmente pelo fato de que a China – diferentemente do Japão e da Coreia do Sul – nunca foi um operador dos interesses “ocidentais” no quadro geopolítico asiático.

Em sua obra *When China Rules The World* (2009), Martin Jacques enumera três características principais que distinguem a China de outros Estados-Nação. Em primeiro lugar, a China na verdade não seria um Estado-Nação convencional, mas sim um *Civilizational State*. Isso significa que o conceito de soberania que fundamenta os Estados Nacionais desde pelo menos 1648 não se aplica propriamente à China¹⁷. Em segundo lugar, para o autor a visão contemporânea chinesa do sistema internacional seria uma visão “modificada” do Antigo Sistema Tributário Asiático. Neste sistema, os países do que chamamos hoje de Leste e Sudeste Asiáticos reconheciam a superioridade cultural da China (o Reino do Meio) e lhe pagavam tributos em troca de proteção e benevolência.

A última característica que Jacques Martin cita como excepcional à China é o seu enorme grau de coesão social, desde que o período dos *Warring States* (403-221 A.C) terminou com a unificação do Império pelos Qin. Por coesão social devemos aqui entender que na China – graças à sua tradição Confuciana, à falta da ideia democrática de soberania do povo e à consequente centralidade do Estado – nunca houve uma clara separação entre Estado e Sociedade Civil tal qual a conhecemos. Para Jacques (2009, p. 397), a debilidade inerente à sociedade civil chinesa significa que mesmo uma China “Democrática” – isto é, com procedimentos legais como o voto universal e o multipartidarismo – será muito diferente das democracias “tradicionais”.

¹⁵ Esses países ficaram conhecidos, na década de 1990, pela rubrica de *Newly Industrializing Countries* (Taiwan, Hong Kong, Singapura e Coreia do Sul).

¹⁶ Assim, Indonésia, Malásia e Tailândia comporiam o terceiro escalão do modelo.

¹⁷ Podemos citar o exemplo da “tomada” de Hong Kong pela China (e da possível reintegração de Taiwan no futuro próximo) como a união de dois “sistemas” dentro de uma só nação, a nação (comunidade) chinesa.

Por ter características civilizacionais tão diferentes da dos Estados Nacionais Europeus (e daqueles que foram criados em seu espelho), a expansão do Estado Chinês – embora siga uma lógica de poder possivelmente universal – oferece uma alternativa diferente ao sistema internacional. Diferentemente do Japão e da Coreia do Sul, que acabaram sendo “enquadrados” pela “ordem internacional liberal” – afinal, tanto o Japão quanto a Coreia liberalizaram, sob pressão americana, o câmbio e relaxaram os mecanismos de controle de capital –, a China “é implacavelmente oposta à ideia de democracia multipartidária [...] luta para manter os altos escalões da economia sob firme controle do Estado, enquanto ao mesmo tempo deplora os mercados de capitais livres e a livre flutuação de moedas” (Kynge, 2006, p. 15).

Além de rechaçar os preceitos do chamado “Consenso de Washington”, a China tem claro projeto nacional-militar autônomo. É por isso que Mearsheimer (2006), autor de persuasão claramente realista, teme que a China tornar-se-á uma potência militar formidável que buscará ditar os limites do comportamento aceitável em seu território de influência. Em outras palavras, não há razão para duvidar que a China, na sua própria trajetória de ascensão econômico-militar, buscará eliminar os resquícios do Império Americano na Ásia. Como coloca Kynge (2006, p. XV): “quando primeiro o Japão e depois os tigres asiáticos ascenderam à proeminência econômica, houve certo inquietamento no establishment americano. Mas também havia grande grau de conforto; esses países eram todos aliados estratégicos de Washington, e seu sucesso econômico tinha acompanhado o casamento entre a democracia e os mercados abertos que fundamentam a ordem mundial Americana”.

Mesmo sabendo que a China aderiu à Organização Mundial do Comércio (2001) e aparentemente joga as regras do jogo capitalista e do comércio internacional, acredita-se que o controle desproporcional do Estado sob o fluxo de investimentos e empréstimos na economia, bem como a participação majoritária do Estado em vários setores chave da economia¹⁸, empresta ao governo chinês capacidade *sui generis* de superar restrições ao desenvolvimento que a maioria dos países emergentes ainda enfrentam. É por isso que, diferentemente do Japão e da Coreia do Sul, a ascensão chinesa promete chacoalhar mais intensamente as relações Centro-Periferia, além de apresentar-se como uma alternativa ideológica à Pax Americana.

Na seqüência dessa análise, tenciona-se expor como o quadro geopolítico que, em última instância, deu liberdade e ocasião aos Estados Asiáticos perseguirem estratégias “imperiais” e – mais tarde – nutrirem-se do beneplácito estadunidense não estava presente com tanta intensidade na América Latina.

A América do Sul

A história da América do Sul, desde as primeiras intervenções ibéricas, sempre esteve conectada aos assuntos europeus. A extração de metais, o fornecimento de produtos caros à economia europeia por meio da lógica de plantation, a busca por refúgios de perseguições, entre outros motivos, definiram a íntima relação da América com a Europa. Isso constitui uma zona de conforto para o exercício do poder de matriz europeia nessa porção do planeta.

¹⁸ Para uma análise quantitativa da ingerência do Estado chinês em sua economia, ver Appel (2013).

No que diz respeito às relações centro-periferia, a América do Sul encontrou seu núcleo na Inglaterra, durante os oitocentos, e nos Estados Unidos, no decurso do século XX. Isso explica o contexto de relativa estabilidade na região, comparada a outras partes do mundo.

No período da Guerra Fria, sobressai a condição de demandante. Os países da América periférica mostram-se ciosos acerca da atenção dada pelos Estados Unidos ao resto do mundo e assumem postura demandante de recursos externos e de elevação no status de prioridade. Isso ocorre quando a América do Sul consolida-se na esfera de influência anti-comunista, no período da Guerra Fria. Simultaneamente, há a tentativa de desenvolver modelo de inserção socioeconômica autóctone. Contudo, acreditando gozar do status de parceiro da superpotência capitalista, o continente como um todo foi preterido por outras partes do sistema. A reconstrução e reorganização das relações interestatais daquele período demandavam atenção focalizada na Europa e na Ásia, pois a luta ideológica impunha outras prioridades.

O relativo isolamento geopolítico e geoeconômico da América do Sul incentivam o surgimento de ideias que tencionavam criar uma maneira própria para a resolução dos problemas. Desejava-se não mais seguir uma cartilha elaborada segundo a observação externa. Dá-se início ao Estruturalismo Cepalino¹⁹.

Os cepalinos foram economistas que acreditavam que a América do Sul poderia utilizar o seu relativo isolamento a seu favor, contanto que os Estados Nacionais sul-americanos conseguissem superar o binômio “orientação externa das elites / “desarrollo hacia fuera” e construir estratégias nacionais de desenvolvimento. Com efeito, as teorias estruturalistas sobre a necessidade da industrialização e superação da inserção assimétrica na economia mundial²⁰ ampararam o modelo de gestão da economia que ficou conhecido na América do Sul como Nacional-Desenvolvimentismo. Entre 1950 e 1980, o Nacional-Desenvolvimentismo promoveu forte industrialização conduzida pelo Estado: bancos de desenvolvimento, investimentos estatais em infraestrutura, empresas do setor público para promover novos setores de produção, amparo às exportações, entre outras medidas. Com efeito, foi muito mais que uma estratégia baseada na industrialização por substituição de importações²¹. Era uma estratégia que muito bem entendia que, num mundo assimétrico e hierarquizado por blocos de poder, os mercados sozinhos não iriam alçar nenhuma nação – mormente aquelas flageladas por décadas de inserção desfavorável no sistema internacional – à condição de país desenvolvido.

Como se sabe, a grande crise da dívida externa dos 1980 provoca verdadeira falência dos Estados Sul-Americanos, que até então haviam financiado a sua industrialização com base numa abundância de crédito externo barato. A crise dos 1980 também coloca em voga como as estruturas industriais dos países da América do Sul eram mais frágeis do que se pensava: as empresas eram pouco competitivas internacionalmente; não existiam campeões nacionais com forte presença

¹⁹ Estruturalismo Cepalino é um conjunto de formulações teóricas que caracterizaram nitidamente o pensamento de um grupo de pesquisadores que baseou sua atividade no escritório chileno da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), criada em 1948.

²⁰ Destaca-se aqui o artigo seminal de Prebisch (1949), que expôs claramente como a tendência secular à queda dos preços relativos dos produtos agrícolas exportados pela América do Sul (a Periferia) a colocava em estado de permanente crise em seus balanços de pagamento.

²¹ Ver Cárdenas, Ocampo e Thorp (2001).

nos mercados externos; a renda e a propriedade nunca haviam estado tão concentradas; não havia conglomerados no estilo dos Chaebols, nem aquela “simbiose virtuosa” entre bancos e capitais privados que sustentou os milagres europeus e asiáticos²².

Com efeito, na ausência de contexto geopolítico expressivo, não houve combustível para o desenvolvimento esperado. Mesmo nos tempos de tensão da Guerra Fria, o fato de estar inserida na órbita de poder dos Estados Unidos não constituiu maiores esforços para domesticação doutrinária, como um todo. Isso pode ser observado como um dos motivos para a ausência de incentivos desenvolvimentistas, compreendidos no sentido geopolítico. Em outras palavras, salvo poucas exceções temporalmente circunscritas, os projetos de desenvolvimento não foram escorados por projetos autônomos de poder, ora patrocinados por uma elite unificada ora com forte apoio popular. As estratégias nacionais desenvolvimentistas foram, grosso modo, patrocinadas por parte da burocracia pública e do setor urbano-industrial que viram nas condições geopolíticas e geoeconômicas do pós-guerra uma oportunidade para “acomodar” seus interesses junto às oligarquias tradicionais, que se mantiveram entrincheiradas no poder durante todo o período Nacional-Desenvolvimentista (Fiori, 2001).

No presente, a América do Sul ganha nova expressão por seus recursos naturais, que nos anos 2000 pareceram relaxar a sua “secular” restrição externa²³. Minerais estratégicos, petróleo, alimentos conferem elevada importância estratégica à região. Nesta conjuntura de grande crescimento mundial e aumento do preço das commodities da América do Sul, governos de esquerda e centro-esquerda ressurgem e lançam uma ofensiva contra as políticas neoliberais do Consenso de Washington, que haviam produzido resultados econômicos pífios nos anos 1980 e 1990. Em alguns países (Venezuela, Bolívia, Argentina, Equador) há verdadeiro (re)nascimento de estratégias ao mesmo tempo nacionalistas e integracionistas: estes países nacionalizam recursos estratégicos; avançam na reforma agrária e fortalecem a democracia por meio de assembleias constituintes; e estabelecem iniciativas importantes de integração regional. Em outros países (Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai), adota-se uma espécie de “novo desenvolvimentismo” ou “terceira via”, estratégia que, conquanto conserve o principal da ortodoxia macroeconômica, combina-a com políticas sociais de renda mínima e inserção externa diferenciada²⁴.

Isto é, não obstante esses novos governos de esquerda tenham sido mais ou menos tímidos no combate à ortodoxia econômica, definitivamente estreitaram laços políticos e econômicos entre si mesmos e com outros países tradicionalmente fora da projeção de influência norte-americana. Se os novos movimentos “antisistêmicos” (anti-imperialistas) e a as tentativas de integração Sul-Americana vão transformar este subcontinente em um novo e poderoso bloco de poder, capaz pela primeira vez de rivalizar com outros blocos e retroalimentar as estratégias de desenvolvimento e transformá-las em projetos de superação do atraso econômico e social ainda é uma incógnita, que vai além do estágio em que essa pesquisa se encontra. Resta entender pontualmente como o “passado” foi mais “generoso” aos povos asiáticos na sua própria construção de projetos de poder.

²² Sobre este último ponto, ver Tavares (1999).

²³ Os anos 2000 se mostraram, portanto, como uma exceção à secular tendência de queda dos termos de intercâmbio da Periferia, retratada por Prebisch (1949).

²⁴ Ver Martins (2013) para uma descrição mais detalhada desses dois grandes padrões.

Diferenças e semelhanças entre Ásia do Leste e América do Sul.

Tanto a América do Sul como a Ásia do Leste abrigam Estados-Nações relativamente novos. Estados Nacionais são constructos originalmente Europeus e apenas no “longo século” XIX (1789-1914) o sistema capitalista interestatal é expandido para outros continentes. Dessa forma, como já argumentamos na sessão dois deste trabalho, a Ásia e a América foram engolfadas numa competição por poder que, essencialmente, não era sua.

Há, contudo, diferenças importantes entre os dois continentes. A própria história dos povos sul-americanos é um desdobramento da história europeia (e africana, em menor medida). Os povos pré-colombianos ou foram totalmente aniquilados ou, para todos os propósitos, assimilados pelos colonizadores. Já o Leste Asiático abriga civilizações milenares que, até o fim do século XVIII, “parecem ter compartilhado características econômicas chave – comercialização de bens, terra e trabalho, crescimento-induzido pelo mercado...” – com as partes mais desenvolvidas da Europa Ocidental (Pomeranz, 2000, p. 107). Dessa forma, quando os Europeus “derrubaram as muralhas da China”²⁵ com o baixo preço de suas commodities e adentraram o mapa geopolítico asiático, eles estavam penetrando numa área de alta tensão política e socioeconômica, em relação a qual haviam sido periféricos antes da Revolução Industrial. Já os Estados Sul-Americanos, conquanto independentes desde princípios do século XIX, não tinham a mesma carga histórica de guerras e desenvolvimento comercial.

Com efeito, Centeno (2002) vai argumentar que a baixa pressão competitiva – a quase ausência das chamadas “guerras totais” na América do Sul – ensejou a “não-criação” de estruturas políticas “desenvolvidas”. No esteio de Charles Tilly – “O Estado fez a guerra e a Guerra fez o Estado”²⁶ – Centeno acredita que há uma íntima ligação entre war making (ou preparação para a guerra) e desenvolvimento nacional. Na ausência da guerra, dificulta-se a construção de um forte sentimento de nacionalismo ou tampouco “faz-se necessário” o desenvolvimento de instituições governamentais que monopolizem o uso da força e da tributação (Centeno, 2002, p. 21). Em outras palavras, a guerra força a criação de estruturas administrativas modernas e eficientes, que possam canalizar os recursos da população para um uso “comum”. Percebe-se, então, como a ausência de pressões geopolíticas na América do Sul pode ter contribuído para a perpetuação de Estados historicamente fracos, fragmentados e com pouca legitimidade frente à população. Mesmo os governos militarizados da história Sul-Americana parecem ter identificado atores internos, e não externos, como os principais inimigos a combater, contribuindo ainda mais para a fragmentação de poder.

Mesmo em plena Guerra Fria, o apoio que os Estados Unidos ofereciam à América do Sul era, primariamente, a sustentação de governos autoritários de direita que tinham como principais opositores forças populares internas. Situação esta muito diferente da do tabuleiro Euroasiático, onde se digladiavam países capitalistas e comunistas. Descortina-se, então, como a conformidade com o eixo ideológico dos Estados Unidos castrou, por um lado, a inserção da América do Sul em ambiente favorável ao desenvolvimento e facilitou, por outro, a inserção do Leste Asiático ao mesmo. Na América, os Estados Unidos sustentaram governos autocráticos, mas não tinham

²⁵ Referência ao Manifesto Comunista de Marx e Engels.

²⁶ Célebre passagem da obra “Coerção, Capital e Estados Europeus” (Tilly, 1993). Ver cap. 3.

nenhum interesse estratégico em desenvolver suas economias. Já na Ásia era preciso desenvolver as economias do bloco capitalista para que esse pudesse resistir, tanto militar como ideologicamente, à influência comunista.

Assim sendo, se as sementes do desenvolvimento encontravam solo fértil para florir na Ásia, na América do Sul não se encontraria nicho favorável. A Ásia tornou-se um elemento de ebulição na política internacional tanto no XIX como XX; a América Latina, apesar de sua importância, esteve associada a espiral de desenvolvimento mais modesta. Os momentos e os locais de maior incidência desenvolvimentista estiveram associados à alteração da importância geopolítica. No entanto, tomando por base o panorama político posterior à Segunda Guerra Mundial, a região, caso observada como um todo, não se tornou prioridade nas considerações do grande jogo internacional.

O fortalecimento socioeconômico de estados na América do sul não encontrava importância na estratégia dos Estados Unidos: lá não se justificou “desenvolvimento a convite”, nos moldes da Ásia. A operabilidade de alguns preceitos contidos na teoria de Prebisch (1959) não compunha os interesses daquele país-líder, pois a integração política e produtiva da América periférica advogada pelo autor não teria muito a acrescentar aos planos estratégicos de expansão de poder estadunidense, que teria mais ganhos a obter na política voltada para outras coordenadas do mapa.

Por fim, vale levar em conta o papel do Japão como próprio promotor de “convites” em sua área de influência, mesmo depois que os EUA tinham deixado de ser um “hegemon benevolente”. Isto porque é comum argumentar-se que, com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos voltaram a “cuidar” da sua esfera de influência geograficamente mais próxima, enquanto o Japão se afirmou como líder asiático²⁷.

Neste sentido, a reflexão ensejada por Palma (2004) é elemento importante para a compreensão da estratégia de cada liderança regional. Não obstante Japão e Estados Unidos mantenham importante parceria estratégica em diversos tabuleiros, esses países desenvolvem políticas regionais orientadas por comportamentos diversos. A diferença de liderança do Japão, no Sudeste Asiático, e dos Estados Unidos, na América, é bastante significativa. Palma (2004) enfatiza o conceito de gansos voadores (conforme exposto anteriormente) para caracterizar a liderança japonesa. Essa liderança conduz e orienta os demais que o seguem, tendo função primaz na dinâmica desenvolvimentista de um bloco de Estados sob sua coordenação, pois há inclusão desses países liderados no planejamento estratégico japonês. Os Estados Unidos, por sua vez, adotam postura diametralmente divergente em sua região: além de contribuir com menos do que poderiam para a formação de um eixo dinâmico regional, deprimem os demais países, porque competem com eles²⁸.

Para entendermos o sucesso do Leste Asiático (principalmente a primeira geração dos NICs) após 1980, quando a América do Sul se afundava em dívidas, faz-se presente outra contribuição comparativa (Medeiros, 1997). Em “Globalização e a inserção internacional diferenciada da

²⁷ No entanto, vale dizer que atualmente a proeminência do Japão na Ásia está sendo cada vez mais desafiada pela ascensão de outras potências.

²⁸ Como mencionado na sessão dois, o Japão é observado como “ganso líder”, em uma linguagem metafórica que reconhece a importância desse país no incentivo ao desenvolvimento dos NICs (Newly Industrialized Countries) de primeira geração (Hong Kong, Coreia do Sul, Cingapura e Taiwan), aos NICs de segunda geração (Indonésia, Malásia e Tailândia) e aos de terceira (China, Vietnã e Filipinas). Entre outros elementos, o autor compreende que isso é feito por meio de adaptação da oferta à demanda, pois a demanda mundial é alterada constantemente. Na América Latina, o sentido se inverte, quando os EUA, além de não incentivarem o desenvolvimento em cadeia, na lógica de liderança, posicionam-se como competidor com os demais Estados (produzem o mesmo tipo de commodities que os Estados da América do Sul produzem). Assim, advém a noção de que o ganso líder vai de encontro aos demais, competindo com aqueles que caberia liderar.

Ásia e da América Latina”, Medeiros sugere que as políticas desenvolvimentistas adotadas pelos Estados de maior sucesso econômico na Ásia (Coreia e Taiwan) no período de 1950-1980 não foram essencialmente diferentes das adotadas pelos Estados Latino-Americanos que mais sucesso tiveram na construção de um parque industrial moderno até 1980 (México e Brasil). A diferença, o título do artigo já diz, estava no acesso diferenciado a mercados e financiamento.

Concentrando-se na questão do financiamento, Medeiros evidencia como, mormente graças à liderança japonesa, os milagres asiáticos puderam continuar nos anos oitenta, enquanto a América Latina voltava a tropeçar na famosa restrição externa. Colocando de outra forma, todos os países periféricos do sistema sofrem com a escassez de capital da década de 1980, mas, enquanto a América Latina vê seus principais mercados fechados (em crise), os países asiáticos beneficiam-se de um intrincado comércio regional (modelo dos gansos voadores) e de financiamento japonês. A ascensão da China após as reformas econômicas de Deng Xiaoping (1978) também propicia exemplar mercado e oportunidades de investimento dentro do circuito asiático.

Quando o financiamento externo volta à América Latina, na década de 1990, ela já tinha reestruturado a sua economia de modo a (re)transformar-se em exportadora de commodities, enquanto no Leste e Sudeste Asiáticos já se afirmava um cluster regional de “investimento e comércio intra-indústria e intrafirma permitindo às empresas, sobretudo japonesas e coreanas, formar no setor manufatureiro importantes economias de escala e especialização” (Medeiros, 1997, p. 291). Assim, mesmo levando em conta que a Coreia e outros NICs sofreram pesadamente com a crise financeira de 1997-98²⁹, não tarda muito para que esses países consigam recuperar seu grau de participação na riqueza mundial.

Para concluir, as análises econômicas de Palma (2004) e Medeiros (1997) ajudam a sustentar que a ausência de tensão política efervescente pode contribuir para geração de desenvolvimento em cores brandas. Por ter sido integrada a lógica Ocidental, como *res nullius*, ou seja, terra de ninguém³⁰, desde o século XVI a América do Sul sempre foi considerada um ponto pacífico dentro da lógica Europocêntrica. Mesmo nos tempos de tensão da Guerra Fria, o fato de estar inserida na órbita de poder dos Estados Unidos não engendrou maiores esforços para a domesticação doutrinária, como um todo. E após a Guerra Fria, a América do Sul retoma posição periférica na divisão internacional do trabalho, a la exportadora de matérias-primas oitocentista. Resta saber se governos nacionalistas de esquerda do início do novo século vão conseguir reverter este quadro nem um pouco promissor.

Conclusão

Neste artigo, foram exploradas as intrincadas relações entre geopolítica e desenvolvimento econômico. Utilizando três exemplos históricos de potências que realizaram seus “milagres econômicos” em disputados tabuleiros geopolíticos, sustentou-se a tese de que o desenvolvimento econômico

²⁹ Sob pressão americana, os NICs haviam liberalizado suas contas de capital e se permitido acumular muitos passivos de curto prazo em relação às suas reservas disponíveis (excesso de endividamento externo).

³⁰ A expressão *res nullius* tem origem no Direito Romano e significa algo que não tem dono. Neste texto, esse conceito sintetiza a ideia de que as terras tomadas pelos povos europeus na América não pertenciam a ninguém, o que cria espaço de ação mais amplo; isso se diferencia da lógica expansiva das mesmas potências em direção ao Leste, pois as políticas empreendidas contrapunham povos bem estabelecidos por milênios.

se faz mais presente quando ele é amparado por estratégias de expansão do poder nacional que consigam concatenar uma elite unificada com legitimidade popular. Isto é mais plausível quanto maior seja a pressão competitiva que se abata sobre o país em questão. Mostrou-se como China, Japão e Coreia estiveram imersos – em diferentes tempos – em guerras imperialistas e zonas de permanente conflito potencial (Guerra Fria) que efetivamente forçaram a modernização de seu aparato econômico e político. Em comparação, o quadro geopolítico sul-americano, de relativa baixa pressão competitiva, não tornou o desenvolvimento econômico indispensável para a segurança nacional.

Na segunda parte deste artigo, foi desenvolvida a tese correlata: as atitudes da potência hegemônica podem facilitar ou obstruir o desenvolvimento econômico dos países que se encontram em sua esfera de influência. Comparando o Leste Asiático com a América do Sul, observou-se como a posição seguramente mais estratégica do primeiro durante a Guerra Fria lhe proporcionou acesso privilegiado a mercados e financiamento, o que não ocorreu de forma tão patente com a América do Sul. Adicionalmente, a “retomada da hegemonia norte-americana”, nos anos 1980, marcou a volta da secular “restrição de balanço de pagamentos” à América do Sul, enquanto o surgimento de um novo líder Asiático (Japão) impediu que a locomotiva industrial asiática saísse dos trilhos.

Faz-se necessário um comentário final sobre as oportunidades sul-americanas no futuro próximo. Acredita-se que os países sul-americanos podem se beneficiar das “lições” do tabuleiro geopolítico asiático e concatenar estratégias econômicas com projetos de integração regional (o que seria a manifestação atual de um projeto de poder viável para a região). Apenas como bloco de poder a América do Sul poderá (i) superar as restrições geoeconômicas que lhe foram impostas pela (não) liderança Norte-Americana e (ii) alimentar os seus projetos econômicos individuais com uma estratégia de expansão do poder (financeiro, militar, industrial) regional.

Enfim, a perspectiva geopolítica sul-americana necessita de reestruturação. A recomposição de novos horizontes políticos, que viabilize fôlego renovado às expectativas mais palpáveis de desenvolvimento, é condição premente para o desencadeamento do progresso que se almeja. Não se propõe, em nenhuma hipótese, a geração de tensão entre países, mas sim o aproveitamento das oportunidades que se podem ceifar caso a região sul-americana seja reconhecida estrategicamente, em sua adequada magnitude. O cenário político contemporâneo tem-se mostrado propício para a geração dessa matriz desenvolvimentista, quando os tempos recentes apontam para o reconhecimento das potencialidades do sub-continente.

Bibliografía

1. Acemoglu, D. y Robinson, J. (2012). *Why Nations Fail: the origins of Power, Prosperity and Poverty*. New York: Crown Business.
2. Angell, N. (1910). *The Great Illusion: A Study of the Relation of Military Power in Nations to their Economic and Social Advantage* (First ed.). New York: G.P.Putnam's & Sons.
3. Appel, T. (2013). Just How Capitalist is China? (Artigo publicando nos anais do XVIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Política). Belo Horizonte.

4. Arrighi, G. (1994). *The Long Twentieth Century: money, power and the origins of our times*. London: Verso.
5. Cárdenas, H; Ocampo, J. A.; Thorp, R. (2001.). *An economic history of 20th century Latin America*. Volume 1: the export age. Londres: Palgrave-Macmillan.
6. Centeno, M. A. (2002). *Blood and Debt: War and the Nation-State in Latin America*. College Township: Pennsylvania State University Press.
7. Chang, H. J. (2009) Hamlet without the Prince of Denmark: How Development Has Disappeared from today's development discourse, mimeo.
8. Fiori, J. L. (2012). Os milagres econômicos da Guerra Fria (Artigo da Carta Capital), 28/12/2012. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br> , em 17/12/2013.
9. Fiori, J. L. (2001). Para um diagnóstico da modernização brasileira. In: Fiori, J.L; Medeiros, C. (orgs). *Polarização mundial e crescimento*. Vozes.
10. Hall, J. A (1985). *Powers and Liberties: The Causes and Consequences of the Rise of the West*. London: Penguin Books.
11. Hamilton, A. (1791). *Relatório sobre as manufaturas*. Rio de Janeiro: Movimento de Solidariedade Ibero-americana, 1995.
12. Jacques, M. (2009). *When China Rules the World: the rise of the Middle Kingdom and the end of the Western World*. London: Allen Lane.
13. Jones, E. L (1981). *The European Miracle*. Environments, Economies and Geopolitics in the History of Europe and Asia. Cambridge: Cambridge University Press.
14. Kynge, J. (2006). *China Shakes the World: a titan's rise and trouble future – and the challenge for America*. Boston: Houghton Mifflin Company.
15. List, G. F. (1827). *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
16. Martins, C. E. (2013). As mudanças no poder global e as perspectivas da América Latina (Artigo publicado no blog da Editora Boitempo), 18/11/2013. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/category/colunas/carlos-eduardo-martins/>
17. Martins, C. E. (2013). *Globalização, Dependência e Neo-liberalismo*. São Paulo: Boitempo.
18. Mearsheimer, J. (2006). China's Unpeaceful Rise. *Current History*, April..
19. Medeiros, C. A (1997). Globalização e Inserção Intenacional diferenciada da Ásia e da América Latina. In: Tavares, Maria da Conceição e Fiori, José Luís. (Orgs.). *Poder e Dinheiro: Uma economia Política da Globalização*. Petrópolis: Vozes.
20. Medeiros, C. A (1999). China: Entre os Séculos XX e XXI. In: José Luís Fiori. (Org.). *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Vozes.
21. Medeiros, C. A.; Serrano, F (1999). Padrões Monetários Internacionais e Crescimento. In: José Luís Fiori. (Org.). *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Vozes.
22. Palma, G. (2004). Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos EUA, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina, In Fiori, José Luís (org.). *O Poder Americano*. Coleção Zero à esquerda, 2ª edição. Vozes, 2004.
23. Petty, W. (1690). *Aritmética Política* (Os Economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1983.
24. Pomeranz, K. (2000). *The Great Divergence: China, Europe, and the making of the modern World-Economy*. Princeton (New Jersey): Princeton University Press.
25. Prebisch, R. (1949). El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas. In: *Desarrollo Económico*, Vol. 26, No. 103. (Oct. - Dec., 1986), pp. 479-502.
26. Prebisch, R. (1959). El Mercado Común Latinoamericano. In: GURRIERI, Adolfo (org.). *La obra de Prebisch en la Cepal*. México: Fondo de Cultura Económico, 1982.
27. Tavares, M. da C. (1985). A retomada da hegemonia norte-americana. *Revista de Economia Política*, Vol. 5, N.2: Abril-Junho, 1985.
28. Tavares, M. C (1999). Império, território e dinheiro, In Fiori, J. L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Vozes.
29. Tilly, Ch. (1993). *Coerção, Capital e Estados Europeus*. Editora da USP, 1996.
30. Torres Filho, E. T. (1997). A crise da economia japonesa nos anos 1990: impactos da bolha especulativa. *Revista de Economia Política*, Vol. 17, no. 1 (65): pp 5-19.
31. Valentini, G. (2012). China and Japan's Responses to the West in the 19th Century. Article in *e-International Relations Student's essays*. Disponível em: <http://www.e-ir.info/2013/11/04/chinese-and-japanese-responses-to-the-west-during-the-19th-century/>